



Victor Hugo de Azevedo Coutinho

Um Republicano Nascido em Macau

FERNANDO MENDONÇA FAVA*

INTRODUÇÃO

A experiência recente de abordar, historiograficamente, personagens insígnies que, no passado, tiveram percursos de vida na Cidade do Nome de Deus e em Portugal, revelou-se não só sumamente interessante como potencialmente enriquecedora, no sentido do contributo que assim é dado para uma melhor compreensão do que foi o relacionamento entre uma metrópole – Portugal – e um território sob sua administração, situado no outro lado do mundo: Macau.

Sendo este um aspecto de acrescida importância para a história de Macau, para a história de Portugal e para a história do grande país asiático que é a China, surge, nesse contexto alargado de interesses culturais, o desejo e o propósito de não esquecer esse património comum e, conseqüentemente, empenhos de no mesmo investir, mormente através da evocação de figuras e acontecimentos que, de forma significativa, tenham marcado tempos históricos que deram substância e razão de ser a esse mesmo contexto.

Ora acontece que neste tempo que corre fazem-se sentir, ainda muito vivos, os ecos das Comemorações dos Centenários da Revoluções que em ambos os países – China e Portugal – possibilitaram a emergência e ascensão de regimes republicanos. Num tal quadro, virá, decerto, a propósito trazer a lume

a vida e a carreira política e intelectual de um vulto republicano nascido em Macau e que, nos palcos e ambiências algo conturbadas da Primeira República Portuguesa, foi titular e intérprete de altos cargos da política e da governação do país. Nessa qualidade, e com essas ocupações e responsabilidades, bastas vezes se viu envolvido em situações de acentuado dramatismo, competindo-lhe tomar decisões, ou de as influenciar, no seio de contextos políticos e sociais assaz complexos. É, pois, acerca dessas situações e contextos que ensaiaremos esta reflexão, procurando, a par do facto histórico, buscar a luz que melhor ajude à compreensão do mesmo. No âmbito dessa intenção, as linhas de escrita que se seguem terão o seu desenvolvimento em torno da figura de marinheiro, republicano, político e académico de Victor Hugo de Azevedo Coutinho, eminente personalidade nacional, nascida em Macau e cuja dimensão de *homo historicus* aparece também consagrada em edições da terra que o viu nascer, designadamente em livros escritos pelo Pe. Manuel Teixeira, um primeiro, editado em 1942, com o título *Galeria de Macaenses Ilustres do Século XIX* e um segundo, editado em 1982, com o título *Vultos Marcantes em Macau*. Igualmente aparece em *Homens Ilustres e Benfeitores de Macau*, de autoria de Leonel de Barros, editado em 2007 pela Associação Promotora da Instrução dos Macaenses (APIM).

Tendo em conta o facto de os percursos de vida mais activa – pessoal, profissional e política – do nosso biografado se confundirem com a história dos finais da Monarquia e da Primeira República (sobretudo desta) e, desejando-se para esta explanação um fio cronológico, ainda que não muito rígido, optaremos por uma

* Mestre em História Contemporânea de Portugal; investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra.

M.A. in Portuguese Contemporary History; researcher at Coimbra's University Centre for 20th Century Interdisciplinary Studies.

ESTUDOS DE MACAU

narração integrada, não separando aqueles seus diversos planos de vida. Tentaremos, pois, desta forma, dar a entender quem foi Victor Hugo de Azevedo Coutinho e quais os principais aspectos e singularidades dos tempos e dos espaços em que viveu.

O HOMEM, O MARINHEIRO, O POLÍTICO,
O ACADÉMICO

Filho de Manuel de Azevedo Coutinho e de Leonor Stuart de Mendonça Azevedo Coutinho, Victor Hugo de Azevedo Coutinho nasceu em Macau, a 12 de Novembro de 1871. Foi a baptizar na igreja paroquial de São Lourenço daquela cidade, sendo seus padrinhos Maximiano dos Remédios Júnior e Maria Bernardina dos Remédios.

Seu pai, Manuel de Azevedo Coutinho, era oficial do Exército, com a patente de capitão, e coube-lhe a honra de ser o primeiro presidente do Grémio Militar de Macau, fundado no ano de 1870 sob proposta e forte impulso de um outro militar residente na cidade, o alferes Rafael das Dores. Durante a sua estadia em Macau, o capitão Azevedo Coutinho colaborou, sucessivamente, com os governadores José Maria da Ponte e Horta e Januário Correia de Almeida (visconde de S. Januário), revelando-se a sua pessoa e os seus conhecimentos de grande valia na execução de plantas (mapas) do território e na escolha e funcionamento de peças de artilharia necessárias à defesa da cidade. Em informação escrita, oficial e de carácter reservado, dirá dele o governador, visconde de S. Januário: “Oficial competente, mas não inspira confiança política, tornando-se mesmo digno de censura”.¹ A explicação residirá na circunstância de Januário Correia de Almeida ser um assumido monárquico, não se eximindo a criticar simpatias que terá notado, em Manuel de Azevedo Coutinho, pelo ideal republicano, essa causa que seu filho Victor Hugo viria a abraçar tão empenhadamente. Facto é que Manuel de Azevedo Coutinho permaneceu, em comissão de serviço no território de Macau, aproximadamente seis anos e oito meses, findos os quais regressou a Lisboa.

Em Novembro de 1888, contando então 17 anos de idade, Victor Hugo Coutinho entrou para a Escola Naval, sendo promovido a aspirante a oficial de 2.^a classe. Feitos esses estudos, passou a fazer parte da tripulação de navios da Armada Portuguesa, entre outros, as corvetas *Vasco da Gama*, *Bartolomeu Dias*

e *Mindelo*; os transportes *África e Índia*; a fragata *D. Fernando*; e as canhoneiras *Limpopo, Zaire e Vouga*. Promovido ao posto de guarda-marinha em 1892 e a segundo-tenente em 1893, participou activamente na chamada “Campanha de Lourenço Marques”, levada a efeito em 1894-1895, contra o régulo Gungunhana e, em 1897, na “Campanha de Gaza”,² também em Moçambique.

Em 23 de Julho de 1898, o então segundo-tenente Victor Hugo de Azevedo Coutinho casou com Aurora Elizenda Ramires Leal, de quem teve dois filhos: João de Azevedo Coutinho, nascido a 22 de Junho de 1904, e Maria Tereza Azevedo Coutinho, nascida a 5 de Abril de 1908.

Tendo entretanto adquirido sólida formação científica em Engenharia Hidrográfica, passou a leccionar matérias relacionadas com essa área do saber na Escola Naval. A propósito destas suas adquiridas competências, deverá dizer-se que já anteriormente havia decorrido sob sua responsabilidade e supervisão, o reconhecimento hidrográfico, feito em 1898, do rio moçambicano Incomati e, alguns anos mais tarde, em 1912, enquanto chefe de gabinete do Ministro da Marinha, Amaro Justiniano de Azevedo Gomes,³ foi Victor Hugo Coutinho o principal impulsor da Missão Hidrográfica da Costa de Portugal, organismo que fez os primeiros estudos e levantamentos hidrográficos da orla marítima portuguesa e cuja acção perdurou no tempo até 1936, ano em que foi dado com extinto.

Pouco tempo depois da Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910, a 30 de Novembro de 1910, Victor Hugo Coutinho é nomeado administrador por parte do Governo de Portugal na Companhia de Moçambique.⁴ No seguimento dessa sua estadia na colónia africana, encontramos-lo, em 1911, na Assembleia Constituinte como deputado por Moçambique. Os seus muitos afazeres – lente da cadeira de Hidrografia na Escola Naval e professor no Liceu Passos Manuel – obrigaram-no, bastas vezes, a pedir dispensa de comparecimento às sessões, pelo que, e tendo também em conta que os trabalhos parlamentares referentes a este período histórico decorreram entre 15 de Junho de 1911 e 25 de Agosto do mesmo ano, as suas intervenções na arena parlamentar foram então muito breves e esparsas.



ESTUDOS DE MACAU

Em Outubro de 1913 acrescentará às suas funções pedagógicas o cargo de professor do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, prestigiada instituição que, mais tarde, se tornaria mais conhecida pelo nome de Instituto de Odivelas.⁵

No plano da política nacional, a progressiva acentuação das diferenças entre as sensibilidades ou correntes políticas que há muito se vinham desenhando no interior da família republicana haviam levado a que, a 24 de Fevereiro de 1912, António José de Almeida e os seus seguidores se apartassem do Partido Republicano Português (PRP) para criarem o seu próprio agrupamento partidário, o Partido Evolucionista. Dois dias depois, a 26 desse mesmo mês de Fevereiro, seria a vez do médico e jornalista Manuel Brito Camacho e dos seus respectivos apoiantes se separarem também do Partido Republicano e fundarem o Partido da União Republicana, também chamado de Partido Unionista. No novo quadro partidário desenhado por estas clivagens, Afonso Costa ficava à frente do que restava do velho PRP que o vulgo passou então a conhecer por Partido Democrático. O espectro partidário da República apresentava agora três principais partidos, o Democrático, o Evolucionista e o Unionista. O Partido Democrático (oficialmente Partido Republicano Português), era o que maior peso representativo detinha no Parlamento e, assim sendo, qualquer solução governativa teria de por ele passar ou ter a sua aquiescência.

Neste realinhamento das hostes republicanas, Victor Hugo Coutinho, face à amizade que o ligava a Afonso Costa e também por convicções de natureza política, decidiu permanecer no Partido Democrático. Figura de peso institucional, regressa então ao Parlamento, sendo eleito para a presidência da Câmara de Deputados. Sob este seu mandato, a 23 de Novembro de 1914, foi votada e aprovada uma proposta apresentada pelo Executivo de Bernardino Machado, proposta que, tendo em conta a situação de guerra que então se vivia na Europa, visava a atribuição de excepcionais poderes ao Governo. Conhecidos os apetites da Alemanha em relação às colónias portuguesas em África, a decisão estava intimamente ligada, numa primeira fase, à necessidade de mobilizar meios humanos e materiais capazes de defender a soberania portuguesa naquelas paragens. De facto, no âmbito dos seus objectivos bélicos, a Alemanha acalentava a ambição de não só exercer um domínio

efectivo na Europa Central, mas concomitantemente constituir em África um império colonial, desiderato que somente poderia ser feito com o apossamento de outras colónias, nomeadamente as da França, da Bélgica e de Portugal. No caso português, as zonas que, de início, ofereceriam disputa seriam sobretudo a fronteira norte de Moçambique e a fronteira sul de Angola, as quais confinavam com territórios já em poder de alemães, respectivamente o Tanganica (região hoje incluída na República da Tanzânia) e o Sudoeste Africano a sul do rio Cunene até ao Cabo Frio (actual Namíbia).

Perante a gravidade da situação e diante da contingência de também ter de enviar tropas para o *front* europeu, o governo português, chefiado por Bernardino Machado, previu a necessidade de o país vira a efectuar a mobilização de efectivos militares e elaborou a propósito o Decreto n.º 1096 de 25 de Novembro de 1914, diploma que veio a ficar publicamente conhecido por “decreto da mobilização”. Contestados, porém, alguns aspectos da política governamental, por forma considerada insultuosa, o Ministério apresentou a sua demissão ao Presidente da República, Manuel de Arriaga.

Buscava-se então em Portugal um consenso nacional em torno do problema da guerra, qualquer coisa semelhante ao que já vigorava em França, com a chamada *Union Sacrée*.⁶ Face, porém, às profundas divergências existentes entre os líderes dos partidos quanto à participação efectiva de Portugal no teatro de guerra europeu, tal aspiração mostrou-se impossível de atingir, apesar dos muitos esforços feitos no sentido. Somente o Partido Democrático, alguns sectores do Partido Evolucionista e, de uma forma geral, a intelectualidade republicana, se mostravam abertamente favoráveis à entrada directa e activa do país na contenda armada que opunha a *Entente Cordiale*⁷ aos Impérios Centrais.

Gorados assim todos os empenhos para se alcançar um governo de unidade nacional, o Chefe do Estado, Manuel de Arriaga, encarregou então o Presidente da Câmara de Deputados, Victor Hugo de Azevedo Coutinho, de formar governo. A nova equipa governamental ficou constituída a 12 de Dezembro e, com excepção do ministro da Instrução Pública, Frederico António Ferreira de Simas, todos os outros governantes eram do Partido Democrático. Na efervescência política da Lisboa de então, o alarido

foi enorme; sobretudo nos jornais, o novo Ministério foi apodado, com veia anedotística, com o epíteto de *Os Miseráveis*, em clara e jocosa referência ao nome do seu Presidente.

Apresentado no Parlamento a 14 de Dezembro de 1914, o governo de Victor Hugo foi, de imediato, classificado de partidário por parte das oposições evolucionista e unionista, as quais se apressaram a declarar o seu não apoio. Em todo o caso, após intensa discussão, o Executivo obteve aprovação na Câmara de Deputados com os votos do Partido Democrático, derrotando por 63 contra 39 votos uma moção de desconfiança apresentada pelo deputado Brito Camacho, dirigente do Partido Unionista.

Naturalmente que, neste resultado, pesaram decisivamente os votos do Partido Democrático. Já na Câmara Alta, o Senado, a moção de desconfiança foi aprovada por 27 votos contra 26. Tal votação não implicava, contudo, a rejeição do Governo. Mas o vírus do divisionismo estava definitivamente instalado e desse mal se haveria de ressentir o Executivo, cujo tempo de vida, face a tantas vicissitudes, seria curto e difícil.

Logo a 18 de Dezembro dá-se o confronto armado que veio a ficar historicamente conhecido por “Desastre de Naulila”. Animados do intuito de retaliar contra um incidente fronteiriço ocorrido a 15 de Outubro, os alemães empreenderam uma pretensa acção punitiva, atacando o Posto de Naulila. O combate entre portugueses e alemães foi duríssimo, obrigando a uma retirada das forças lusas para a região de Humbe, mais a norte, deixando pesadas baixas. Mas, também do lado alemão as baixas foram de monta, sobretudo entre os oficiais, incluindo o comandante, major Frank, facto que obrigou a também uma retiradas das forças alemãs para além do Cunene.

Sendo certo que a Primeira Guerra Mundial, em toda a sua maior dimensão quanto a interesses geoestratégicos e económicos, se travava efectivamente na Europa, outrossim era verdade que estas investidas militares alemãs em África continham bem o significado da importância que aquele continente representava para o expansionismo germânico. Aspecto este bem retratado na *Weltpolitik* empreendida pelo chanceler Bismark, na década de 1880, e que havia levado a poderosa Alemanha a apossar-se de territórios como o Togo, os Camarões, o Tanganica e o Sudoeste Africano.

Agora, as colónias portuguesas de Angola e Moçambique estavam na mira da cobiça da Alemanha imperialista do *kaiser* Guilherme II. Tudo isto a gerar uma situação bem insólita, posto que os portugueses se viam na contingência de travar armas contra um agressor com o qual não tinham oficialmente uma pendência de guerra. Ou seja, Portugal era um país beligerante *de facto*, mas não o era *de jure* e esta situação, algo paradoxal, não deixou de constituir um problema bicudo para os poderes instituídos.

Para o Partido Democrático, e para a maioria da intelectualidade portuguesa, a entrada da nação portuguesa na guerra europeia, ao lado dos aliados e sob enquadramento da velha aliança com a Inglaterra, era um projecto eminentemente patriótico que, pressupostamente, traria a Portugal substanciais vantagens, designadamente a garantia de respeito, por parte das grandes potências, pelo nosso património colonial; o afastamento definitivo do perigo anexionista espanhol, perigo de que havia inquietantes indícios na política externa espanhola; a efectiva acreditação e consolidação da jovem República Portuguesa no contexto de uma Europa cheia de cabeças coroadas; e, finalmente, prevendo-se a vitória dos aliados, o direito de Portugal se sentar, de pleno direito, à mesa dos vencedores, exigindo possíveis compensações de guerra.

A esta estratégia política opunham-se aqueles que advogavam uma outra linha de actuação mais moderada, que se ficava pela defesa, por meios militares, das nossas colónias em África, mas simultaneamente repousava na recusa em enviar tropas para a frente de guerra europeia, quedando-se, neste campo, por uma colaboração discreta com a Inglaterra, de forma a evitar uma declaração de guerra a Portugal por parte da Alemanha. Eram, sobretudo, defensores desta linha de pensamento político o Partido Unionista e algumas franjas do Partido Evolucionista, a que se juntavam personalidades como o coronel de engenharia Freire de Andrade, que fora ministro dos Negócios Estrangeiros do atrás citado governo de Bernardino Machado, e o então embaixador em Londres e futuro Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes. Contava ainda com muitos adeptos entre os partidários da monarquia, civis e militares, maioritariamente aderentes à causa germanófila, e também entre grande parte da oficialidade do Exército, bem pouco motivada para se expor aos perigos de uma guerra de dimensão mundial

ESTUDOS DE MACAU

e mortífera como nenhuma outra antes fora. E, embora com diferentes motivações e diferentes alinhamentos, vastos sectores católicos e sindicalistas tendiam também a aproximar-se desta posição.

Estabelecidas assim estas clivagens na sociedade portuguesa, a polémica daí advinda extravasava os círculos do poder e saltava para os jornais e para a opinião pública, tudo a dar forma e conteúdo a uma conjuntura onde se acirravam ódios e antagonismos, levando o país a cindir-se em duas grandes e principais facções: moderados e radicais ou, na feliz expressão de João Medina, “guerristas e antiguerristas”.⁸

Foi, pois, diante desta situação política efervescente que Victor Hugo de Azevedo Coutinho assumiu as rédeas da governação. Compreende-se assim quanto foram fortes, no Parlamento, o obstrucionismo ao Governo e, fora do Parlamento, a campanha de opinião antigovernamental. Tudo valeu, desde a acção colectiva de pedido de resignação do cargo de deputado (dezassete, ao todo) – visando o descrédito dos poderes – até aos mais incendiários artigos, escritos em jornais como *A Luta*, *A República* e *O Intransigente*.

Neste íterim, os contornos da política externa do governo de Victor Hugo Coutinho, gizados sobretudo pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Soares, eram de feição marcadamente guerrista, não dando qualquer satisfação ou resposta às reclamações ou pedidos da diplomacia alemã. Por decisão governamental de 28 de Dezembro de 1914 reforçou-se o efectivo militar em Angola com mais 4 300 homens e, apesar de subsistirem muitas dificuldades, continuava o esforço de constituição da chamada “Divisão Auxiliar Portuguesa”, corpo de tropas que, esperava-se então, seria enviado para a frente ocidental, sendo tal projecto um objectivo declarado do Governo. Os inimigos internos desta política opunham-se por todos os meios, mas, nesse passo, iam perdendo terreno e influência.

Todavia, face a este avanço da política guerrista, começaram a notar-se manifestações, mais visíveis e mais fortes, do descontentamento que lavrava, subterraneamente, entre os oficiais das instituições castrenses. Lisboa fervilhava então de boatos acerca de um aventado pronunciamento militar e de um de golpe de estado, que estariam eminentes.⁹ Face à insistência de tais rumores, o Presidente da República, Manuel de Arriaga, convocou, para uma reunião em Belém, os chefes dos partidos republicanos, o Presidente do

Ministério, Victor Hugo de Azevedo Coutinho, os ministros dos Estrangeiros, da Guerra e das Colónias e outras personalidades da política, designadamente, anteriores chefes de Governo. A reunião, que teve lugar no dia 15 de Janeiro de 1915, não foi muito conclusiva, ficando-se os circunstantes pela opinião de que o Governo deveria continuar firme na sua política e no cumprimento do seu programa, não havendo, pois, que atender a boatos. Sintomaticamente, não compareceram a esta reunião os chefes dos partidos de oposição e os presidentes das câmaras do Parlamento. Esta ausência dos chefes dos partidos bem assim como o desagrado que, se sabia, reinava no seio da instituição militar, eram sinal iniludível de que, na sombra, algo se vinha tramando no sentido do derrube do Governo de Victor Hugo Coutinho.

E, de facto, a 20 de Janeiro desse ano de 1915, a trama viu luz: oficiais das guarnições de Lisboa e do Porto marcharam sobre o Palácio de Belém e, num gesto simbólico, entregaram as suas espadas ao Presidente da República. No ostensivo acto incluiu-se Machado Santos, herói do 5 de Outubro e declarado inimigo de Afonso Costa. O motivo invocado para a eclosão do movimento era, alegadamente, o protesto contra transferências compulsivas e prisões de camaradas de armas que haviam contestado decisões do ministro da Guerra. Em boa verdade, para as forças sublevadas o alvo não era qualquer ministro, mas sim o Ministério. Numa primeira reacção, o Governo mandou prender os insurrectos e suspender os jornais. Notadas, porém, hesitações no procedimento do Presidente da República, em que se entreviam sinais de querer dar abrigo às queixas e pretensões dos revoltosos, o Executivo de Victor Hugo Coutinho entendeu não ter condições institucionais para continuar a sua governação e considerou-se demissionário a 24 de Janeiro.

Seguiu-se um Governo de iniciativa presidencial, chefiado pelo general Pimenta de Castro, particular amigo do Presidente. A governação então empreendida revelou-se tão contrária aos ideais e princípios do regime que acabou por reunir, contra si própria, todas as forças republicanas.¹⁰ Foi uma ditadura que durou 112 dias, acabando por ser derrubada pela sangrenta “Revolução de 14 de Maio de 1915”. Constituiu então governo uma velha figura de republicano, advogado, escritor e grão-mestre da Maçonaria, de seu nome José de Castro.

Na sequência dos acontecimentos, Manuel de Arriaga renunciou ao seu mandato de Presidente da República, sendo eleito para o cargo Teófilo Braga, professor catedrático de literaturas modernas e um dos principais apóstolos do positivismo em Portugal. Braga assumiu então um mandato intercalar, desempenhando funções até 5 de Outubro de 1915, data em que, de acordo com os preceitos constitucionais, veio a tomar posse um novo presidente, entretanto eleito pelo Congresso da República.

Em consequência do resultado das eleições de 13 de Junho de 1915, um Governo inteiramente composto por personalidades do Partido Democrático e chefiado por Afonso Costa iniciou funções em 29 de Novembro desse mesmo ano. Do elenco governamental então instituído fazia parte Victor Hugo de Azevedo Coutinho, como ministro da Marinha, pasta que assumia pela segunda vez na República. Com uma visão sentenciosa da problemática situação político-social que então se vivia, Victor Hugo Coutinho emitiu, várias vezes, em Conselho de Ministros opiniões trespassadas de gravidade, ficando célebre a seguinte frase de sua autoria: “estamos numa rampa e não podemos suspender; chegando ao fundo, veremos o que o destino nos reserva”.¹¹ Vemos, assim, que o entendimento de Victor Hugo era o de que o país descia perigosa e irreversivelmente um plano inclinado rumo ao desconhecido.

Uma das primeiras decisões deste Governo foi continuar e intensificar os trabalhos preparativos para a entrada de Portugal na guerra europeia, designadamente a criação de condições para planificação e organização do necessário corpo de tropas e a aquisição de material bélico e logístico. No âmbito deste esforço, Portugal adquiriu, junto dos estaleiros italianos *La Spezia*, três submarinos, os quais conjuntamente com uma outra unidade já anteriormente comprada nos mesmos estaleiros, o *Espadarte*, constituíram então a primeira esquadilha de submarinos portuguesa.¹² O próprio ministro, Victor Hugo Coutinho, a bordo do *Espadarte*, assistiu à primeira imersão dos submersíveis no Tejo. A estas unidades de guerra competiria, sobretudo, o patrulhamento e defesa da barra marítima de Lisboa.

Na verdade, fazia todo o sentido a tomada de medidas desta natureza, dado que em 9 Março de 1916, a Alemanha declarou formalmente guerra a Portugal, declaração feita na sequência da requisição¹³

feita pelo Governo Português dos 72 navios mercantes alemães que, à data, se encontravam surtos em portos portugueses – continente, ilhas e colónias.

O Congresso da República, reunido a 10 de Março, proclamou formalmente o estado de guerra contra os impérios centrais e pronunciou-se pela necessidade da constituição de um ministério mais amplamente representativo das diferentes correntes de opinião vigentes na realidade político-partidária nacional. Desta posição do Congresso nasceu a formação de um ministério, chamado de “União Sagrada”, a qual, todavia se restringiu a democráticos e evolucionistas, apesar dos esforços feitos pelo Presidente da República, Bernardino Machado, para uma maior representação partidária nos poderes executivos.

Sendo o divisionismo entre os republicanos um facto inofismável, esperava-se que, pelo menos neste campo e face a uma já certa inevitabilidade da entrada do país na guerra, se pudesse, quanto a tão momentoso problema, estabelecer consensos ou, no mínimo, compromissos. Tal não aconteceu e isso não deixaria de ter reflexos negativos para a República e para Portugal. De facto, ficando assim longe de congregar a vontade da maioria dos portugueses, os poderes instituídos viam, assim, a sua missão muito dificultada, mormente ao terem de enfrentar uma série extensa de males, em que avultavam todo o tipo de acusações e de falsidades,¹⁴ faltas de compreensão, manifestações de rua, crimes económicos (escassez de géneros de primeira necessidade, alta de preços, mercado negro), envenenamento da opinião pública, tudo orquestrado por inimigos internos e externos, conluiados.

No Ministério, dito de “União Sagrada”, presidido pelo líder do Partido Evolucionista, António José de Almeida e com Afonso Costa nas Finanças, tomou também assento Victor Hugo de Azevedo Coutinho, mais uma vez como ministro da Marinha. Para fazer face ou minorar algumas consequências directas da guerra, sobretudo a chamada “crise das subsistências” (carência de produtos alimentares, alta contínua de preços, especulações), actuação da espionagem alemã com base em Espanha e tentativas de revoltas militares, o Governo da “União Sagrada” viu-se obrigado a tomar medidas excepcionais de controlo, designadamente a censura prévia da imprensa e a censura postal, dissolução de sindicatos, prisões de militares implicados em golpes e suspensão de jornais.

ESTUDOS DE MACAU

Tudo isso propiciou um natural coro de protestos, mas também ao Governo, nomeadamente ao Ministério da Marinha, chegaram manifestações de apoio vindas das mais diversas entidades: alunos da Escola Naval; juntas de paróquia; oficiais da marinha mercante inglesa. A todos o ministro Azevedo Coutinho teve o cuidado de agradecer.¹⁵

Em 30 de Março de 1916, o ministro da Marinha fez um apelo à unidade da sua corporação em torno da entrada de Portugal na guerra europeia. Traçando, no seu discurso, o quadro das agressões feitas pela Alemanha em Angola e em Moçambique, afirma que a “Pátria está em perigo” e aos marinheiros portugueses, porque herdeiros da “gesta gloriosa dos audazes navegadores dos mares desconhecidos e nunca antes navegados” cabe a missão inalienável de lutar pela do território e da independência nacionais, sendo seu entendimento que à Marinha de Guerra caberá estar na frente primeira desse combate. Termina, dizendo: “Honrai a Pátria, que a Pátria vos contempla!”¹⁶

Entrementes, intensificavam-se os ataques internos das oposições, com destaque para os monárquicos germanófilos que, com apoio dos alemães, conspiravam contra a República e envenenavam a opinião pública, voltando-a contra os poderes instituídos. A isto se somavam as tomadas de posição políticas de Brito Camacho e os comportamentos, nem sempre consequentes, de Machado Santos. Por motivações ideológicas, também os sectores sindicais, dominados pelo anarco-sindicalismo,¹⁷ se pronunciavam contra a política guerrista do governo da “União Sagrada”. Os efeitos da actuação desta frente alargada foram-se fazendo sentir na sociedade portuguesa sob a forma de um generalizado clima de mal-estar, que acabou por chegar ao próprio Governo e por influenciar negativamente alguns dos seus membros. Apesar da firmeza de propósitos dos principais chefes e mentores do programa da “União Sagrada”, o Governo veio a cair, face, sobretudo, à defecção de alguns evolucionistas. Na sequência desta queda, a 25 de Abril de 1917, Victor Hugo de Azevedo Coutinho, exonerado assim do cargo de ministro da Marinha, apresentou-se na Escola Naval.

A governação do país ficava agora a cargo de um ministério inteiramente composto por personalidades afectas ao Partido Democrático e presidido por Afonso Costa, sendo este o seu terceiro governo constitucional. Eram inúmeras as dificuldades com que a acção governativa se defrontava, podendo afirmar-se que

existiam duas frentes: a externa, compreendendo a questão da guerra e todos os problemas dela decorrentes e a interna em que a complicação maior era a já referida “questão das subsistências”, aí se filiando um cortejo extenso de males – falta de géneros alimentícios e energéticos, alta de preços, contrabando, açambarcamentos, mercado negro, novo-riquismo. Entre Maio e Setembro de 1917 o país viveu um ambiente continuado de greves e tumultos e assaltos a padarias, mercearias e armazéns. A repressão, por parte das polícias, a esses actos de pilhagem, causava, invariavelmente, mortos. Degradava-se a imagem do Governo e a de Afonso Costa e eram constantes os rumores de golpe de estado. A nação portuguesa afundava-se e, com ela, o Partido Democrático em cujo interior se começavam a instalar desentendimentos graves.

Em Novembro, Afonso Costa ausentou-se para Paris para participar numa conferência promovida pelos Aliados. Aproveitando a sua ausência, a insurreição militar pôs-se em marcha. À sua frente aparecia uma personagem politicamente pouco conhecida, de seu nome Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais. Militar de Artilharia e lente de Matemática, exercera até Março de 1916 as funções de ministro de Portugal em Berlim. Desde o seu regresso, conspirara activamente contra a “União Sagrada” e contra a política intervencionista, tentando assumir o papel de chefe e guia de todos os descontentes. Uma frente que reunia unionistas, centristas (partido recém-formado pelo médico Egas Moniz), machadistas, monárquicos, católicos e, no sector militar, oficiais de baixa patente, cadetes da Escola de Guerra e alguns sargentos. Os próprios sindicalistas, ideologicamente anti-guerristas e fartos de deterioradas condições de vida e de repressão, concediam a Sidónio, senão apoio, pelo menos benefício da dúvida. Reunindo todos esses empenhos, os cabecilhas da conspiração conseguiram insurreccionar algumas unidades militares da guarnição de Lisboa – Artilharia, Cavalaria e Infantaria – as quais, conjuntamente com os referidos cadetes e alguns populares (poucos), saíram à rua, ao anoitecer do dia 5 de Dezembro de 1917, e assentaram arraiais no alto do Parque Eduardo VII.

A resposta do Governo foi frouxa, própria de um Executivo que se encontrava num estado de grande debilidade. Numa atitude timorata, que contrastava com a firmeza que anteriormente demonstrara possuir, o ministro da Guerra, Norton de Matos, apresentou

o seu pedido de demissão ao Presidente Bernardino Machado. O desânimo e a desorientação instalados no Governo, estando Afonso Costa ausente, acabaram por oferecer a vitória aos revoltosos.

O movimento deembrista, assim chamado por ocorrer em Dezembro, dará lugar a uma ditadura personificada pela figura de Sidónio Pais, regime que rapidamente desaparecerá após o assassinato do ditador na noite de 14 de Dezembro de 1918, na estação do Rossio, em Lisboa.

No contexto das perseguições políticas que se seguiram à vitória do “Dezembrismo”, Azevedo Coutinho foi preso e encarcerado na Fortaleza de S. Julião da Barra, local onde deu entrada a 12 de Dezembro de 1917. A passagem de Victor Hugo por este presídio foi de curta duração, sendo solto poucos dias depois, ficando, todavia, numa aparente inactividade política durante todo o tempo do regime sidonista.

Em 7 de Maio de 1919, devolvida já a República aos seus legítimos representantes e estando no poder um ministério de concentração republicana, chefiado pelo democrático Domingos Pereira, o então capitão-de-fragata Victor Hugo de Azevedo Coutinho foi nomeado para representar, em Londres, o governo de Portugal numa Conferência Hidrográfica Internacional, convocada pelo almirantado Britânico e marcada para Junho desse mesmo ano de 1919. Das conclusões e informações desse encontro científico resultou a formulação de uma proposta para a reorganização dos serviços de hidrografia portugueses, sendo então, para o efeito, criada uma Comissão em que tinha assento de destaque a própria pessoa de Azevedo Coutinho.

Nos anos que se seguiram de história da Primeira República Portuguesa, o nosso biografado surge ainda como titular de altos cargos, nomeadamente ministro da Marinha de 6 de Fevereiro de 1922 a 6 de Julho de 1923, em três governos sucessivos, chefiados pelo democrático António Maria da Silva. Nesta fase, alguns sucessos marcaram a sua presença à frente do Ministério da Marinha, sendo justo referir que foi por seu intermédio que foi construído e apetrechado na Noruega o primeiro navio oceanográfico português, o *Albacora*. Por outro lado, um outro acontecimento que marcou positivamente a sua governação foi o feito histórico da Travessia Aérea do Atlântico Sul, ligando Lisboa ao Rio de Janeiro, em Junho de 1922. Tal proeza, cometida por dois dilectos e ilustres filhos da nação portuguesa – Gago Coutinho e Sacadura Cabral –,

somente foi possível pelo entusiástico e decidido apoio dado ao empreendimento pelo ministro da Marinha, Victor Hugo Coutinho. A este propósito, ouçamos as palavras proferidas, ao tempo, pelo próprio ministro, no Senado:

“Sr. Presidente: pedi a palavra para me associar ao voto de saudação proposto por V. Exa. aos dois grandes e arrojadados aviadores que, neste momento, tentam fazer a travessia do Atlântico: Lisboa, Rio de Janeiro. [...] Sr. Presidente: eu acompanhei, e digo isto com orgulho, bem de perto todos os esforços feitos por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, dando, como membro do Governo, todo o carinho a essa iniciativa e prestando-lhe todas as facilidades. Fi-lo porque sei o grande valor de Gago Coutinho; fi-lo porque avalio a grande coragem do Sacadura Cabral.”¹⁸

Mais tarde, em Abril de 1924, relembrando o acontecimento, dizia Victor Hugo, ainda no Senado:

“Por circunstâncias da minha vida política, encontrei-me estreitamente ligado à grandiosa obra que foi a travessia aérea do Atlântico do Lisboa ao Rio de Janeiro. Vivi horas da mais cruciante inquietação, mas também tive horas da mais emocionante alegria quando Gago Coutinho e Sacadura Cabral, depois do bom êxito da travessia, foram a admiração do mundo inteiro. Agora, num novo raid, partiram ontem outros aviadores de Vila Nova de Milfontes no avião *Pátria*. Associo-me à saudação proposta pelo Sr. Pereira Osório, salientando o nobilitante exemplo de abnegação de sacrifício que os aviadores praticaram perante a Nação.”¹⁹

Neste passo, reportava-se Victor Hugo Coutinho a um outro notável feito da aviação portuguesa, o do raid aéreo Lisboa-Macau, conseguido também por três distintos aeronautas lusos, Sarmiento de Beires, Brito Pais e Manuel Gouveia. Os intrépidos aviadores percorreram mais de 16 000 quilómetros em 115 horas de voo e, à chegada a Macau, depois de uma aterragem de emergência perto de Hong Kong, foram entusiasticamente recebidos e homenageados pelos representantes dos poderes públicos, personalidades mais eminentes e pela população em geral. No contexto dessas justas homenagens, o grande poeta que foi Camilo Pessanha escreveu e publicou, no território, um livro com o título *Homenagem aos Aviadores que Completaram o 1º Raid Aéreo Lisboa – Macau*.

ESTUDOS DE MACAU

Da participação e postura tidas por Victor Hugo Coutinho vemos quanto ele foi um entusiasta do pioneirismo da aviação portuguesa, gesta que acompanhou e viveu intensamente, deixando disso testemunho no apoio que, enquanto governante e parlamentar, deu a estes dois momentos maiores desse ciclo histórico. Curiosamente, Macau seria o primeiro território ultramarino sob administração portuguesa a ter uma estrutura aeronáutica, com a inauguração, em 1927, de um Centro de Aviação Naval na ilha da Taipa, sob a égide da Marinha Portuguesa.²⁰

Entretanto, nomeado alto-comissário da República em Moçambique, Victor Hugo Coutinho tomou posse deste também alto cargo em 1923. Sob o seu mandato e autoridade, decorreram na Província, em Dezembro de 1924, as comemorações do 4.º centenário da morte de Vasco da Gama, assinaladas para a posteridade com a

construção de um arco manuelino na entrada principal do Jardim Botânico de Lourenço Marques.

Em 1926, finda esta sua comissão de serviço em Moçambique, embarcou para Lisboa, onde, de imediato, assumiu a direcção da Escola Naval, cargo em que permanecerá até Outubro de 1935. Ainda nesse mesmo ano de 1926 foi convidado pela Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra para reger, na qualidade de professor catedrático contratado, as cadeiras de Topografia e Geodesia do Curso de Engenharia Geográfica. Neste campo, a valia do seu trabalho académico foi ampla e publicamente reconhecida quando a 12 de Junho de 1932, a Universidade de Coimbra, em cerimónia ocorrida na Sala dos Actos Grandes, lhe conferiu o grau de Doutor *honoris causa* pelos “altos serviços prestados à Nação e à Ciência”.²¹ Entrado na situação de reserva em 1933, já no posto de capitão-de-mar-e-guerra, ficará

Praia Grande, ca. 1870. In Cecília Jorge e Beltrão Coelho, *Álbum Macau. Sítios, Gentes e Vivências* (Macau: Livros do Oriente, 1991).



então adstrito ao comando-geral da Armada Portuguesa até à sua reforma, em 1941.

Quando a morte o surpreendeu, a 27 de Junho de 1955, Victor Hugo de Azevedo Coutinho vivia no recato dos seus 84 anos de idade na sua residência da Rua Rodrigues Sampaio, em Lisboa. O cortejo fúnebre teve lugar no dia seguinte para o cemitério do Alto de São João, nele se incorporando, para além da família, personalidades republicanas, altos comandos da Armada Portuguesa e pessoas de diferentes categorias sociais. O acontecimento veio relatado nos principais jornais da capital.

Saiu do mundo dos homens, mas deixou testemunho da sua passagem pelo mesmo: os préstimos da sua obra pedagógica perduraram, sendo de destacar obras como *Apontamentos para um Curso Elementar de Hidrografia* (1906) e as famosas *Tábuas Náuticas de Fontoura e Coutinho*, de que foi co-autor. Publicadas,

pela primeira vez em 1907, foram utilizadas pela Marinha durante mais de 50 anos. Recentemente, em 2009, com o elucidativo título de *Moçambique Há Um Século, Visto pelos Colonizadores: Campanhas Militares, Ocupação do Território, Conhecimento dos Povos (1895-1910)*, a Comissão Cultural da Marinha Portuguesa publicou um livro de 220 páginas, em que são reunidos os escritos de vários autores, designadamente António Enes, Mouzinho de Albuquerque, Massano de Amorim e Victor Hugo de Azevedo Coutinho. Um outro aspecto que comprova, por um lado, a grandeza intrínseca da figura aqui retratada e, por outro lado, o apreço com que essa grandeza foi distinguida, é a seguinte lista de agraciamentos e condecorações:

- Medalha de prata comemorativa das expedições a Moçambique (1894-1895)
- Cavaleiro da Ordem Militar de São Bento de Avis (1901)
- Medalha Militar de prata da classe exemplar de comportamento (1905)
- Comendador da Ordem Militar de Avis (1919)
- Medalha de ouro de comportamento exemplar
- Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo (1923)
- Grande Oficial da Legião de Honra, concedido pelo Governo Francês em 1923
- Grande Oficial da Ordem Militar de Avis (1930)²²

Neste campo, parece-nos propositada uma referência breve a um Louvor que lhe foi concedido pela República, por Portaria de 15 de Outubro de 1919. No corpo do texto lê-se: “Louvado pelo auxílio ao comando das forças de ataque a Monsanto, mostrando lealdade e dedicação à República”.²³ O acontecimento referido teve lugar a 22 e 23 de Fevereiro de 1919 e deu-se no contexto da chamada “Revolta do Monsanto”, tentativa gorada das forças monárquicas da capital para se apoderarem do poder e dos destinos do país, à semelhança do que na cidade nortenha do Porto havia acontecido dias antes, com a implantação da denominada “Monarquia do Norte”. O episódio é bem representativo do que o próprio louvor afirma, ou seja, a lealdade e dedicação de Victor Hugo de Azevedo Coutinho ao regime republicano.

CONCLUSÃO

Em traço solto retratámos a figura e a vida, nas suas mais significantes facetas, de um português



ESTUDOS DE MACAU

nascido na cidade do Santo Nome de Deus na China. Não um qualquer português, mas um ilustre cidadão de Macau e de Portugal, que, com o seu saber, a sua acção, a sua vontade e as suas opções de homem cívico – político e governante – contribuiu de forma assaz importante para a história desse período tão intensamente rico de factos e de ideias que foi a Primeira República Portuguesa.

Sem dúvida que as realizações práticas do regime que vigorou em Portugal de 1910 a 1926 ficaram muito aquém da República sonhada e propagandeada no transcorrer dos tempos últimos da Monarquia Constitucional. Personalidade cerebral, Victor Hugo compreendeu muito bem essa distância que sempre existe entre as intenções magnânimas e as realizações possíveis e, por isso mesmo, não se deixou deter ou vacilar perante os inúmeros e pesados embaraços e obstáculos que então se colocavam ao exercício da governação. Notemos que ele foi chefe de Governo e ministro durante os aspérrimos anos da Primeira Guerra Mundial, fenómeno que se revelou, para Portugal, uma questão fracturante com consequências profundas a todos os níveis: social, económico, político, militar, diplomático...; de tal forma assim que os dirigentes e governantes republicanos viram na participação portuguesa na frente europeia o meio único que poderia garantir a identidade de Portugal como nação independente e como potência colonial. Numa sociedade que acusava clivagens profundas, justamente pelos efeitos colaterais da guerra, a defesa do património colonial foi a tese que mereceu maior consenso. Daí os trabalhos de preparação da entrada de Portugal no conflito, os quais, como se deixou escrito, contaram sempre com a participação interessada e eficiente do ministro Victor Hugo Coutinho.

No imediato pós-guerra, passada esta, mas não as suas sequelas, a República, fragilizada, teve

de enfrentar outros desafios, desta feita a ofensiva monárquica desejosa de se apoderar das rédeas do poder e, naturalmente, fazer a “Restauração”, ou seja, restabelecer o regime deposto a 5 de Outubro de 1910. Também neste passo, encontramos Victor Hugo Coutinho, terçando armas em defesa dos seus ideais e do regime, o que nos dá nota da inquestionável fé republicana deste homem.

No campo da ciência igualmente se distinguiu, adquirindo conhecimentos e sapiência que ofereceu ao país, sob a forma de realizações práticas e representando-o em areópagos internacionais desses ramos da Ciência.

Terminaremos, dizendo que Victor Hugo de Azevedo Coutinho pertenceu a uma plêiade de homens que, filiados nos valores e no ideário da Terceira República Francesa, imbuídos de anseios de propagação de liberdade, porém atentos às realidades do seu país, tentaram, de forma honesta e eficiente, transportar todos aqueles valores, ideias e projectos para o plano das realizações cívicas, mormente a construção, na sua Pátria, de um regime demoliberal com acrescidas preocupações sociais, voltadas estas sobretudo para os estratos populacionais que se fixavam na parte mais inferior da pirâmide social. Seria a transformação do súbdito embrutecido e passivo no cidadão que, enfim consciente da sua importância, trilharia, na grei, os caminhos da participação cívica e política, rumo a um futuro que se antevia luminoso. Valorizando o indivíduo, valorizar-se-ia a sociedade. Pelas razões já apontadas e também porque o regime entrou num ciclo de tempo adverso,²⁴ todos esses desígnios, intenções e programas ficaram por cumprir, acabando por soçobrar com a queda da própria República.

Ah, a Utopia!... Sempre a divisamos num horizonte permanentemente longínquo. **RC**

NOTAS

1 Arquivo Histórico Militar – Caixa 1088.
2 Campanha Militar de pacificação, chefiada por Mouzinho de Albuquerque em que morreu o célebre Maguiguana, chefe militar dos povos vátuas. Ver *Campanha contra o Maguiguana nos Territórios de Gaza em 1897. Relatórios Enviados ao Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar pelo Comissário Régio da Província de Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898.

3 Prestou serviço em Macau, comandando a Escola de Pilotagem. No território casou, em 18/2/1882, com Lylyia Carlota Gonzaga de Melo, filha do 2.º barão do Cercal, fidalgo da casa real de D. Maria I, residente em Macau e aí nascido e falecido.
4 Na sequência das conclusões da Conferência de Berlim de 1885, que obrigavam a uma efectiva ocupação dos territórios coloniais, o Estado Português, decidiu entregar grandes parcelas de terra à exploração de

- companhias privadas, chamadas Companhias Majestáticas, dado que as concessões eram sob auspício da Coroa. Neste enquadramento, a Companhia de Moçambique obteve a concessão das terras que abrangiam as regiões de Manica e Sofala.
- 5 Ver J. Pintassilgo, “O exemplo do Instituto Feminino de Educação e Trabalho (1911-1942)”, in Joaquim Pintassilgo *et al.* (org.), *A História da Educação em Portugal*.
 - 6 Designação dada ao movimento político de convergência dos franceses de todos os credos políticos e religiosos, em torno do objectivo eminentemente patriótico que foi a Primeira Guerra Mundial. A expressão foi utilizada pela primeira vez pelo Presidente da República Francesa, Raymond Poincaré, na Câmara de Deputados, nos princípios de Agosto de 1914.
 - 7 Nome dado ao acordo negociado entre a França e a Inglaterra em 1904, visando uma política colonial amigável das duas potências, em África. Este acordo iria funcionar de forma efectiva em situações de crise internacional, mormente no deflagrar da Primeira Guerra Mundial em que dará origem a um bloco político-militar que se oporá à acção belicista dos Impérios Centrais – Alemanha e Áustria. Ver P. J. V. Rollo, *Entente Cordiale: The Origins and Negotiation of the Anglo-French Agreements of 8 April 1904*. Londres: Macmillan; Nova Iorque: St. Martin's Press, 1969.
 - 8 João Medina, *Portugal na Grande Guerra: Guerristas e Antiguerristas, Estudos e Documentos*.
 - 9 Ver artigo de primeira página com o título “Dentro da Lei”, em *A Capital* de 15/1/1915.
 - 10 Ver Rui Ramos, “As guerras da República”, in José Mattoso, *História de Portugal*, p. 441.
 - 11 A H. de Oliveira Marques, (organização, prefácio e notas de), *O Segundo Governo de Afonso Costa, 1915- 1916: Actas dos Conselhos de Ministros*.
 - 12 *Revista Militar* n.º 2512, Maio de 2011 – *Crónicas Militares Nacionais*. Disponível em http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=662_22/02/2012.
 - 13 Decreto n.º 2229, de 23 de Fevereiro de 1916.
 - 14 Em Lisboa apareceram, com maior incidência no ano de 1917, uma grande quantidade de panfletos clandestinos e não identificados, entre os quais avultava o famoso *Rol da Desonra*, falando de uma pretensa vida luxuosa em França de personalidades defensoras da entrada de Portugal na guerra, sobretudo membros do Partido Democrático e seus familiares. Sabia-se que na origem do aparecimento destes panfletos estavam as organizações monárquicas. Ver Luís Alves de Fraga, *Do Intervencionismo ao Sidonismo: Os Dois Segmentos da Política de Guerra a 1.ª República: 1916-1918*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2010, pp. 224 e ss.
 - 15 Ver *A Capital* de 15/3/1916, p. 2.
 - 16 Arquivo Central e Histórico da Marinha, caixa n.º 1410.
 - 17 Ver Vasco Neno, *Concepção Anarquista do Sindicalismo*.
 - 18 *Diário das Sessões do Senado* de 30 de Março de 1922, p. 10.
 - 19 *Diário das Sessões do Senado* de 8 de Abril de 1924, p. 5.
 - 20 Ver Adelino Rodrigues da Costa, *A Marinha Portuguesa em Macau: Uma Relação Muito Singular*.
 - 21 “Doutoramento de Vítor Hugo de Azevedo Coutinho – Lente da Escola Naval e professor contratado da Universidade de Coimbra”, in *Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933, vol. 3, n.º 1.
 - 22 Ver Arquivo Histórico da Marinha, *Livros Mestres de Oficiais* n.ºs D-52; I-86; e K-67.
 - 23 Arquivo Histórico da Marinha, *Livro Mestre de Oficiais* n.º K-67.
 - 24 Lembremos que, entrados os anos vinte do século xx, os fascismos estavam então em ascensão na Europa e outras partes do mundo.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

- Arquivo Histórico Militar – Caixa 1088.
 Arquivo Central e Histórico da Marinha
 – *Livros Mestres de Oficiais* n.ºs D-52; I- 86; e K-67.
 – Caixa n.º 1410.
Diário das Sessões do Senado (1922).
Diário das Sessões do Senado (1924).
A Ilustração Portuguesa (1916).
Jornal A Capital (1915-1916).
O Occidente. Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro (1914).
 Separata da *Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933, vol. 3, n.º 1.

Estudos

- Costa, Adelino Rodrigues da. *A Marinha Portuguesa em Macau: Uma Relação Muito Singular*. Macau: Capitania dos Portos de Macau, 1999.
 Fava, Fernando Mendonça. *Leonardo Coimbra e a I República: Percorso Político e Social de Um Filósofo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.

- Marques, A. H. de Oliveira (org., pref. e notas). *O Segundo Governo de Afonso Costa, 1915-1916: Actas dos Conselhos de Ministros*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1974.
 Medina, João. *Portugal na Grande Guerra: Guerristas e Antiguerristas: Estudos e Documentos*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/Instituto Navional de Investigação Científica, 1986.
 Neno, Vasco. *Concepção Anarquista do Sindicalismo*. Porto: Edições Afrontamento, 1984.
 Pintassilgo, J., “O exemplo do Instituto Feminino de Educação e Trabalho (1911-1942)”, in Joaquim Pintassilgo *et al.* (org.), *A História da Educação em Portugal: Balanço e Perspectivas*. Porto: Asa, 2007.
 Ramos, Rui, “As Guerras da República”, in José Mattoso, *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 2001, p. 441.
Revista Militar. Lisboa: Europress, Maio de 2011.
 Teixeira, Nuno Severiano, *O Poder e a Guerra 1914-1918: Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa, 1966.